



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEDINHO

PROVA OBJETIVA – CONCURSO PÚBLICO

CADERNO DE QUESTÕES

ASSISTENTE SOCIAL

ORIENTAÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO!

1. Antes de iniciar a prova, o candidato deverá assinar o Cartão Resposta no local indicado, sob pena de eliminação no concurso público.

2. O CANDIDATO DEVERÁ TRANSCREVER A FRASE A SEGUIR NO LOCAL INDICADO NO CARTÃO RESPOSTA, SOB PENA DE ELIMINAÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO:

A educação é o maior investimento.

3. O candidato recebeu este caderno de questões contendo 50 questões.

4. Após a autorização para início da prova, o candidato deverá fazer a conferência do caderno de questões, buscando verificar se possui a quantidade de questões previstas no edital de abertura de inscrições.

5. Caso a prova esteja com alguma falha relacionada a impressão, o candidato deverá solicitar uma nova prova para o Fiscal de Sala.

6. Não é permitida a comunicação entre os candidatos. É proibida também a utilização de qualquer tipo de equipamentos eletrônicos.

7. O tempo mínimo de permanência do candidato na sala de prova é de 01 (uma) hora após seu início. Porém, não poderá levar consigo o caderno de prova e nenhum tipo de anotação de suas respostas. Os candidatos poderão deixar o seu local de prova levando consigo o caderno de provas somente depois de decorrido o tempo de 2 (duas) horas de realização da prova. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento de candidato da sala de provas.

8. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao

conteúdo das provas. Não dobre, amasse ou escreva em seu Cartão de Resposta, apenas confira seus dados, leia as instruções com atenção para seu preenchimento e assine no local indicado, pois em hipótese alguma ele será substituído.

9. Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do Cartão Resposta. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o Cartão Resposta tais como: marcação de dois ou mais campos referentes a um mesmo item, ausência de marcação nos campos referentes a um mesmo item, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.

10. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar UMA letra no Cartão de Resposta, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, **com caneta esferográfica de tinta azul ou preta**, fabricada em material transparente, de forma contínua e densa. A leitura óptica do Cartão de Resposta é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

11. O gabarito desta prova estará disponível na página oficial do concurso público no site da instituição, dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

12. O candidato poderá interpor recurso contra as questões desta prova dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

13. Toda e qualquer anormalidade acontecida durante a realização das provas, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que faça a observação na respectiva ata.

NOME DO CANDIDATO

CPF DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

AGUARDE A AUTORIZAÇÃO DO FISCAL PARA ABRIR ESTE
CADERNO DE QUESTÕES



LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

A juristocracia venceu

Há uma hipocrisia deliciosa nisso tudo. O mesmo tribunal que deveria ser o guardião da Carta a invoca para rasgá-la aos poucos

A juristocracia não é um acidente de percurso. É o destino anunciado de um país que trocou o voto consciente pela toga “iluminada” e o debate pela canetada “milagrosa”. O brasileiro, esse animal teatral e preguiçoso, prefere o espetáculo do Supremo ao tédio da democracia. Os juízes sobem a rampa como atores de um teatro: solenes, maquiados de imparcialidade, e o povo aplaude o próprio sepultamento com a mesma emoção com que outrora aplaudia o gol de placa. Ministros supremos substituem os jogadores, e as brigas de torcida são transferidas para a Corte.

O ministro supremo, que sequer é juiz, não julga. Ele “salva”. Salva o oprimido de ocasião, faz “justiça social”, entra onde o Congresso foi inoperante. Enquanto o Legislativo hesita, o ministro decreta. A Constituição vira puro pretexto. E a tripartição dos Poderes, essa velha senhora burguesa, é empurrada para o fundo do palco. Não há mais independência entre os Poderes; apenas “harmonia”, ou seja, o domínio do Poder “supremo”.

Há uma hipocrisia deliciosa nisso tudo. O mesmo tribunal que deveria ser o guardião da Carta a invoca para rasgá-la aos poucos. A justiça brasileira é uma farsa, mas muitos fingem que acreditam nela. O juiz se apresenta como técnico, mas age como político. Fala em direitos fundamentais e entrega engenharia social. Fala em Constituição e produz legislação de gabinete. O povo, cúmplice e sonolento, aceita. A parcela desperta ainda luta, mas impotente, desarmada, aguarda ainda um milagre de fora.

O resultado é previsível. A política se judicializa, sempre com viés. Quem leva gol no jogo reverte o resultado no tapetão. O cidadão perde a voz. Decisões sobre família, vida, liberdade e costumes saem de despachos, não das urnas. É a ditadura suave – a mais perigosa, porque vem disfarçada de democracia, de “progresso” e de moral superior. O que a base governista não conquista no voto, tenta conquistar na jurisprudência. E quase sempre consegue.

Chegou setembro de 2026 e o teatro virou faroeste de vez. Alexandre de Moraes, relator eterno do inquérito que nunca acaba, acumula os papéis de vítima, investigador e juiz com a naturalidade de quem já não distingue o palco da vida. Bloqueia redes, multa quem usa VPN, suspende lei votada pelo Congresso e agora aparece nas mensagens de um banqueiro preso pedindo intercessão junto à PRF e à PGN. Tem milhões de motivos para bancar o consultor do bandido. O mesmo homem que prega o Estado de Direito trata a Constituição como figurino: veste quando convém, rasga quando interessa. Nelson Rodrigues reconheceria o tipo: o moralista que se descobre pecador e, em vez de se calar, aumenta o volume do sermão.

Flávio Dino entra em cena como segundo ator da turma. Um dia o colega André Mendonça afasta o diretor-geral da Polícia Federal; no dia seguinte o comunista o recoloca no cargo, repreende o outro ministro em público, fala em “causa própria” e manda o caso para o plenário – desde que o plenário seja seu, tingido de vermelho. É a guerra de liminares no lugar do Direito. É banguê-banguê. É pelada de várzea. Um ministro da Primeira Turma atropela julgamento em curso na Segunda. O presidente da Corte, Fachin, cancela sessão e assiste a tudo como a rainha da Inglaterra.

O conservador lúcido vê o óbvio: não é Justiça, é facção. Não é constitucionalismo, é ocupação do Estado por uma casta que se julga acima do voto e da lei. Será que ainda há alguma solução? Dentro das quatro linhas, convenhamos, parece cada vez mais difícil. Mas a esperança é sempre a última a morrer.

A conjuntura é esta: eleição à vista, Supremo rachado, ministros investigando ministros, arapongagem, relatórios da PF virando arma de retaliação, e o país inteiro convertido em réu eventual de um gabinete. Moraes e Dino não são acidentes. São o retrato acabado da juristocracia brasileira: o poder sem voto, a sentença sem debate e a passividade de uma imprensa corrompida. Nelson Rodrigues diria que o Brasil só acredita no escândalo quando o escândalo já virou rotina. Eu completaria: enquanto a toga legislar, prender, censurar e rasgar a Constituição, a democracia será apenas o intervalo entre um despacho e o próximo.

Ou o país recupera o primado da política sobre a Justiça, colocando cada macaco em seu devido galho, ou a juristocracia consumará, em silêncio e com pompa, o que as urnas recusaram. O palco está montado. A plateia, adormecida. O próximo ato já está escrito – e não será o povo quem o escreverá, se ele não reagir o quanto antes. O pano já está caindo. Não há mais máscaras para ocultar tanta monstruosidade. Até aqui, a juristocracia vence de goleada. Ainda é viável reverter o placar?

Fonte: CONSTANTINO, Rodrigo. Revista Oeste, ed.339. *A juristocracia venceu*. <https://revistaoeste.com/revista/edicao-339/a-juristocracia-venceu/> (adaptado).

01. De acordo com as ideias expostas no texto I, é correto afirmar que para o articulista

- a) O Brasil vive atualmente num estado de exceção perpetrado pela “juristocracia”, apesar da resistência coletiva dos cidadãos brasileiros.
- b) O país passa por uma instabilidade institucional promovida pelos representantes políticos do legislativo, os quais agem arbitrariamente a favor de si mesmos.
- c) A nação vivencia momentos de desequilíbrio administrativo, conquanto os juízes aspirem à legitimidade constitucional por meio da imparcialidade na aplicação das leis.
- d) As decisões judiciais no Brasil se eximem de interesses políticos ou de terceiros, haja vista a conduta ilibada da classe de juízes escolhida pelo povo.
- e) A sociedade brasileira assiste passivamente às arbitrariedades cometidas pelo poder Judiciário, o qual toma para si prerrogativas autocratas ao desrespeitar as normas constitucionais.



02. Analise as afirmações abaixo sobre a natureza e a estrutura de criação do texto I antes de julgar o que se pede.

- I. O texto prescinde de natureza dissertativa a fim de se apresentar, enquanto gênero, como um Artigo de opinião, no qual o articulista expõe uma visão subjetiva de sociedade.
- II. Nota-se que a linguagem empregada pelo autor é, em sua totalidade, denotativa e condizente com a modalidade formal da Língua Portuguesa, relegando coloquialismos.
- III. A Ironia se mostra como aspecto recorrente da expressividade crítica em torno da análise feita pelo articulista em relação ao quadro sociopolítico do Brasil.
- IV. A “juristocracia” é um neologismo para se referir ao órgão responsável pela criação de um regime que fala em nome da democracia, mas que, na prática, exerce um poder despótico.

Pode-se afirmar que se encontra correto o que foi dito acima somente em

- a) I e II.
b) III e IV.
c) I, II e III.
d) I, II e IV.
e) II, III e IV.

03. “Há uma hipocrisia deliciosa nisso tudo. O mesmo tribunal que deveria ser o guardião da Carta a invoca para rasgá-la aos poucos. A justiça brasileira é uma farsa, mas muitos fingem que acreditam nela.”. A partir do fragmento exposto acima, assinale a alternativa cuja reescrita tenha mantido o valor semântico, bem como o respeito à norma-padrão da Língua Portuguesa.

- a) Tem uma hipocrisia interessante nisso. O idêntico tribunal que deveria guardar as decisões constitucionais a altera para subvertê-la prontamente. O Judiciário é ludibrioso, não obstante muitos reiteram que acreditam nele.
- b) Há quem se delicie hipocritamente com isso tudo. O equivalente tribunal que deveria prezar as invocações da Carta magna a evoca para queimá-la subitamente. A justiça nacional é uma piada, logo muitos juram acreditar nela.
- c) Existe uma ironia interessante nesse contexto. O próprio tribunal que deveria prezar pela inviolabilidade da Constituição a invoca a fim de destruí-la paulatinamente. A justiça brasileira é ilusória, mas muitos simulam nela crer.
- d) Isso tudo possui uma hipocrisia deliciosa. O mesmo Judiciário o qual deveria ser o símbolo da Carta Magna a clama para profaná-la abruptamente. A justiça brasileira é uma mentira, entretanto muitos ignoram acreditar nela.
- e) Havia uma irônica relação nisso tudo. O mesmo Supremo que deveria respeitar a jurisprudência constitucional a utiliza a fim de destruí-la ardilosamente. A justiça brasileira é contraditória, porém muitos fingem nela acreditar.

04. Marque a alternativa cuja análise gramatical e semântica sobre a expressão em destaque esteja corretamente avaliada conforme o seu emprego contextual.

- a) “A juristocracia não é um acidente de percurso.” (1º par.) – é um Substantivo formado por Composição por aglutinação a fim de expor, de modo irônico, um segmento que governa o país

arbitrariamente por meio da justiça, representando uma aristocracia na sociedade.

- b) “Não há mais independência entre os Poderes” (2º par.) – o Substantivo foi formado por Derivação parassintética, ao acrescentar junto ao radical de modo simultâneo um prefixo e um sufixo, indicando que contraditoriamente um mecanismo legal deixou de existir.

c) “Fala em direitos fundamentais e entrega engenharia social.” (3º par.) – o Adjetivo foi formado por Derivação prefixal e tem como sinônimo o vocábulo “elementares”.

d) “...e agora aparece nas mensagens de um banqueiro preso pedindo intercessão junto à PRF e à PGN.” (5º par.) – palavras que resumem o sentido de uma expressão extensa e que, por essa razão, apresentam-se de forma simplificada em um único vocábulo lexical, sendo formadas como Abreviação ou Redução vocabular.

e) “São o retrato acabado da juristocracia brasileira: o poder sem voto, a sentença sem debate...” (8º par.) – Substantivo primitivo a partir do qual se forma o verbo “debater”, indicando que a ausência da ação em destaque prejudica o estado democrático de direito.

05. Analise cada afirmação abaixo, segundo as regras vigentes de acentuação gráfica, antes de julgar o que se pede.

() Em “É o destino anunciado de um país que trocou o voto consciente pela toga ‘iluminada’ e o debate pela canetada ‘milagrosa’.” (1º par.), a expressão em destaque foi acentuada pela regra da terminação das palavras oxítonas.

() Em “Os juízes sobem a rampa como atores de um teatro: solenes, maquiados de imparcialidade, e o povo aplaude o próprio sepultamento com a mesma emoção com que outrora aplaudia o gol de placa.” (1º par.), as palavras em destaque possuem a mesma justificativa do emprego de acentuação por possuírem idêntica tonicidade silábica, ou seja, por serem paroxítonas.

() Em “Há uma hipocrisia deliciosa nisso tudo. O mesmo tribunal que deveria ser o guardião da Carta a invoca para rasgá-la aos poucos. A justiça brasileira é uma farsa, mas muitos fingem que acreditam nela.” (3º par.), os vocábulos em destaque foram acentuados pela mesma regra a qual se refere à terminação dos monossílabos átonos.

() Em “O juiz se apresenta como técnico, mas age como político. Fala em direitos fundamentais e entrega engenharia social. Fala em Constituição e produz legislação de gabinete. O povo, cúmplice e sonolento, aceita.” (3º par.), segundo o Novo Acordo Ortográfico, sempre as palavras que tiverem a mesma tonicidade das que se encontram em destaque serão acentuadas.

() Em “O conservador lúcido vê o óbvio: não é Justiça, é facção. Não é constitucionalismo, é ocupação do Estado por uma casta que se julga acima do voto e da lei. Será que ainda há alguma solução? Dentro das quatro linhas, convenhamos, parece cada vez mais difícil. Mas a esperança é sempre a última a morrer.” (7º par.), encontram-se em destaque palavras acentuadas por diferentes justificativas gramaticais.



Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se dizer que se tem pela ordem a seguinte sequência.

- a) F – V – V – V – V.
- b) V – V – V – F – F.
- c) F – F – F – V – V.
- d) V – F – V – V – F.
- e) F – F – F – F – V.

06. Leia os períodos a seguir antes de responder ao que se pede.

I. “É a ditadura suave – a mais perigosa, porque vem disfarçada de democracia, de “progresso” e de moral superior.” (4º par.)

II. “Dentro das quatro linhas, convenhamos, parece cada vez mais difícil. Mas a esperança é sempre a última a morrer.” (7º par.)

III. “A plateia, adormecida. O próximo ato já está escrito – e não será o povo quem o escreverá, se ele não reagir o quanto antes.” (9º par.)

Assinale a alternativa que apresenta, pela ordem, a indicação da natureza semântica das expressões em destaque em cada período acima.

- a) Finalidade – Oposição – Causa.
- b) Explicação – Concessão – Causa.
- c) Explicação – Concessão – Condição.
- d) Causa – Oposição – Consequência.
- e) Causa – Oposição – Condição.

07. A Coesão Referencial diz respeito ao uso de conectivos que retomam ou recuperam nomes já mencionados, ligando as ideias de maneira com que estes não se repitam e “prejudiquem” a modalidade escrita da linguagem estilisticamente. A partir disso, avalie o uso contextual das expressões em destaque nas frases abaixo antes de julgar o que se pede.

I. “O ministro supremo, que sequer é juiz, não julga. Ele ‘salva’.” (2º par.)

II. “A Constituição vira puro pretexto. E a tripartição dos Poderes, essa velha senhora burguesa, é empurrada para o fundo do palco.” (2º par.)

III. “O mesmo tribunal que deveria ser o guardião da Carta a invoca para rasgá-la aos poucos.” (3º par.)

IV. “O resultado é previsível. A política se judicializa, sempre com viés.” (4º par.)

V. “Nelson Rodrigues reconheceria o tipo: o moralista que se descobre pecador e, em vez de se calar, aumenta o volume do sermão.” (5º par.)

Pode-se dizer corretamente que:

- a) Na frase I, o pronome pessoal do caso reto cumpre papel anafórico ao representar a expressão “juiz”.
- b) Na frase II, o pronome adjetivo demonstrativo cumpre papel localizador do vocábulo “Constituição”, o que explica sua flexão de gênero no feminino.
- c) Na frase III, ambos os pronomes oblíquos átonos representam o mesmo substantivo: “Carta” a fim de exercer papel sintático de objeto indireto.

d) Na frase IV, o pronome oblíquo cumpre papel reflexivo por representar simultaneamente o nome “política” ora como termo agente, ora como paciente da ação verbal.

e) Na frase V, os pronomes apassivadores em destaque foram utilizados em uma construção de voz passiva sintética, a fim de apontar o mesmo substantivo “moralista” como termo paciente da elaboração.

08. Analise as afirmações abaixo antes de julgar o que se pede.

() Em “A conjuntura é esta: eleição à vista, Supremo rachado, ministros investigando ministros, arapongagem, relatórios da PF virando arma de retaliação, e o país inteiro convertido em réu eventual de um gabinete.” (8º par.), o pronome demonstrativo em primeira pessoa cumpre papel catafórico ao anunciar algo elucidativo sobre o nome “conjuntura”.

() Em “Ou o país recupera o primado da política sobre a Justiça, colocando cada macaco em seu devido galho, ou a juristocracia consumará, em silêncio e com pompa, o que as urnas recusaram.” (9º par.), observa-se que o fragmento prescindiu de uso metafórico enquanto modalidade estilística.

() Em “O conservador lúcido vê o óbvio: não é Justiça, é facção.” (7º par.), a fim de manter o sentido inicial do que se afirmou, poder-se-ia acrescentar a expressão de valor adversativo “mas sim” em relação ao que foi exposto antes, desde que se suprimisse a forma verbal destacada.

() Em “É a guerra de liminares no lugar do Direito. É banguê-banguê. É pelada de várzea. Um ministro da Primeira Turma atropela julgamento em curso na Segunda. O presidente da Corte, Fachin, cancela sessão e assiste a tudo como a rainha da Inglaterra.” (6º par.), nota-se a prevalência de expressões conotativas a fim de marcar um estreitamento do discurso em relação à modalidade coloquial da linguagem.

() Em “Moraes e Dino não são acidentes. São o retrato acabado da juristocracia brasileira: o poder sem voto, a sentença sem debate e a passividade de uma imprensa corrompida. Nelson Rodrigues diria que o Brasil só acredita no escândalo quando o escândalo já virou rotina. Eu completaria: enquanto a toga legislar, prender, censurar e rasgar a Constituição, a democracia será apenas o intervalo entre um despacho e o próximo.” (8º par.), nota-se a evocação do discurso indireto seguido de uma inferência do articulista quanto a uma fala de Nelson Rodrigues, a fim de endossar a crítica feita quanto à “juristocracia”.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se dizer que se tem pela ordem a seguinte sequência.

- a) V – F – V – V – V.
- b) F – V – F – F – F.
- c) F – F – V – V – V.
- d) V – V – V – V – V.
- e) V – F – V – F – F.

09. “O brasileiro, esse animal teatral e preguiçoso, prefere o espetáculo do Supremo ao tédio da democracia.”. No excerto anterior, nota-se em destaque o uso regencial de “preferir” como verbo bitransitivo. A partir disso, pode-se apontar



como reescrita adequada, segundo a norma culta, a elaboração presente em:

- a) "O brasileiro, esse animal teatral e preguiçoso, prefere um espetáculo do Supremo à uma valorização da democracia".
- b) "O brasileiro, esse animal teatral e preguiçoso, prefere esse espetáculo do Supremo à esta apatia da democracia".
- c) "O brasileiro, esse animal teatral e preguiçoso, prefere uma demonstração do espetáculo do Supremo à qualquer apatia da democracia".
- d) "O brasileiro, esse animal teatral e preguiçoso, prefere o espetáculo do Supremo à apatia da democracia".
- e) "O brasileiro, esse animal teatral e preguiçoso, prefere o espetáculo do Supremo à demonstrações de apatia da democracia".

10. Assinale a alternativa cuja reescrita de um fragmento do texto apresente incorreção gramatical quanto ao emprego de um sinal de Pontuação, segundo a norma culta da Língua Portuguesa.

- a) "Os juízes sobem a rampa solenes e maquiados de imparcialidade, como se fossem atores de um teatro." (1º par.)
- b) "O mesmo tribunal, que deveria ser o guardião da Carta a invoca para rasgá-la aos poucos." (3º par.)
- c) "O resultado é previsível: a política se judicializa sempre com viés." (4º par.)
- d) "Será que ainda há alguma solução? Convenhamos que, dentro das quatro linhas, isso parece cada vez mais improvável." (7º par.)
- e) "Moraes e Dino não são acidentes, mas sim o retrato acabado da juristocracia brasileira." (8º par.)

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

11. Considere duas proposições lógicas:

p: César é Flamenguista.

q: João é Palmeirense.

Sabendo que o valor lógico da proposição p é verdadeiro e o valor lógico da proposição q é falso, é correto afirmar que:

- a) César é Flamenguista se e somente se João é Palmeirense.
- b) Se César é Flamenguista, então João é Palmeirense.
- c) Ou César é Flamenguista ou João é Palmeirense.
- d) César não é Flamenguista ou João é Palmeirense.
- e) César não é Flamenguista e João não é Palmeirense.

12. Sabe-se que em uma unidade com 80 policiais:

- 35 possuem curso em gerenciamento de crise (G);
- 47 possuem curso de APH Tático (A);
- 10 não possuem nenhum desses dois cursos.

Com base nesses dados, o número de policiais que possuem ambos os cursos, é igual a:

- a) 8
- b) 12
- c) 18
- d) 22
- e) 28

13. Paulo depositou 1250,00 em sua conta poupança no primeiro mês. Desde então, ele depositou 100,00 a mais em relação ao mês anterior. Nessas condições, após efetuar o trigésimo sexto depósito, qual a quantia total depositada por Paulo?

- a) 4750,00
- b) 4850,00
- c) 85.500,00
- d) 108.000,00
- e) 216.000,00

14. O número de anagramas que podemos formar com a palavra PROFESSOR, de modo que as consoantes fiquem sempre juntas, é igual a:

- a) 630
- b) 1080
- c) 2160
- d) 4320
- e) 45360

15. Uma empresa disponibiliza um caminhão - pipa para transportar e abastecer um tanque cilíndrico com água em uma comunidade. Sabe-se que, a empresa responsável pelo abastecimento cobra R\$ 0,04 por litro e que o tanque, que será completamente cheio, possui diâmetro de base e altura, respectivamente, iguais a 2 m e 3m. Qual o valor final cobrado pela empresa para o abastecimento total desse tanque? Considere $\pi=3$.

- a) R\$ 120,00
- b) R\$ 180,00
- c) R\$ 240,00
- d) R\$ 300,00
- e) R\$ 360,00

CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA

16. Em um computador utilizado para atividades acadêmicas, determinado usuário mantém documentos em uma unidade de armazenamento e executa simultaneamente um editor de texto, um navegador e um programa de apresentações. Durante o uso, o sistema operacional precisa administrar recursos físicos e lógicos para permitir a execução dessas aplicações. A respeito da relação entre sistema operacional, hardware e software, analise as afirmativas a seguir.

I. A memória RAM é utilizada para manter dados e instruções necessários aos processos em execução e, em condições normais, apresenta natureza volátil.

II. O sistema operacional desempenha funções de gerenciamento de recursos, podendo intermediar a utilização de componentes de hardware pelas aplicações.

III. O espaço livre disponível em uma unidade SSD e a quantidade de memória RAM disponível representam o mesmo recurso computacional, razão pela qual o aumento de um deles necessariamente aumenta o outro.



IV. Dispositivos periféricos podem desempenhar funções de entrada, saída ou, conforme suas características, reunir ambas as funções.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e III.
- e) III e IV.

17. Em uma planilha eletrônica, a célula D2 contém o valor 80. Na célula E2, foi inserida a fórmula =D2*10%, destinada a calcular 10% do valor existente em D2. Em seguida, a fórmula de E2 foi copiada para E3 por meio do mecanismo usual de cópia de fórmulas, sendo que a referência utilizada não recebeu qualquer marcador de referência absoluta. Considerando o comportamento usual das referências relativas em programas como Microsoft Excel, LibreOffice Calc ou similares, assinale a alternativa correta.

- a) A referência D2 permanecerá necessariamente inalterada em E3, pois referências de células não são modificadas durante a cópia de fórmulas.
- b) A fórmula copiada para E3 tende a ajustar a referência de D2 para D3, pois a referência original é relativa.
- c) A expressão será convertida automaticamente em =80*10%, pois a cópia de uma fórmula substitui referências pelo valor armazenado na célula original.
- d) O percentual de 10% será transformado em 20% na célula E3, pois referências relativas alteram também constantes numéricas presentes na fórmula.
- e) A cópia somente preservaria o cálculo se D2 fosse transformada em referência relativa por meio do uso de \$, uma vez que esse símbolo caracteriza referências relativas.

18. Um servidor recebe, em seu endereço eletrônico institucional, uma mensagem aparentemente enviada pelo administrador de uma plataforma educacional. O texto solicita a atualização urgente da senha por meio de um link. O domínio apresentado no link difere discretamente do domínio oficial. Paralelamente, a equipe de tecnologia informa que uma vulnerabilidade recém-descoberta em determinado software está sendo explorada antes que uma correção oficial esteja amplamente disponível. Com base nos conceitos de segurança da informação, assinale a alternativa que relaciona corretamente as situações descritas.

- a) A mensagem caracteriza necessariamente baiting, enquanto a vulnerabilidade corresponde a spyware, pois ambos dependem de ação prévia do usuário.
- b) A mensagem caracteriza ransomware, enquanto a exploração da vulnerabilidade corresponde a backdoor, independentemente da existência de mecanismo oculto de acesso.
- c) A mensagem apresenta características de phishing, enquanto a exploração de vulnerabilidade desconhecida ou ainda sem correção disponível pode estar associada ao conceito de zero-day exploit.

d) A mensagem somente pode ser considerada phishing se possuir arquivo executável anexado, enquanto zero-day corresponde exclusivamente a vírus capazes de se replicar.

e) A divergência no domínio caracteriza keylogger, enquanto a exploração anterior à correção oficial corresponde necessariamente a cavalo de Troia.

19. Durante a elaboração de um material para apresentação, um servidor prepara inicialmente um documento em editor de texto, organiza determinados dados em uma planilha eletrônica e, por fim, cria slides para exposição do conteúdo. Em relação às funcionalidades normalmente encontradas nesses aplicativos, analise as afirmativas. I. Em editores de texto, a utilização de estilos pode favorecer a aplicação consistente de determinadas características de formatação a elementos equivalentes do documento.

II. Em planilhas eletrônicas, alterar um valor utilizado por determinada fórmula pode modificar o resultado calculado, desde que a fórmula continue fazendo referência à célula alterada e o cálculo seja atualizado.

III. Em programas de apresentação, todos os slides de um arquivo precisam necessariamente possuir a mesma disposição de elementos, não sendo possível empregar layouts diferentes na mesma apresentação.

IV. Em editores de texto, recursos de cabeçalho e rodapé podem permitir a repetição de determinados elementos em diferentes páginas de um documento.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I, II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

20. Em uma proposta pedagógica, os estudantes utilizam um Ambiente Virtual de Aprendizagem para consultar materiais e enviar atividades. Também participam de um fórum em momentos diferentes e, em determinada etapa, realizam uma videoconferência em horário previamente definido. O professor utiliza ainda recursos digitais para promover produção coletiva de conteúdos. Com base nessa situação e nos conceitos relacionados às TDIC e aos ambientes virtuais de aprendizagem, assinale a alternativa correta.

- a) O fórum descrito pode constituir atividade assíncrona, enquanto a videoconferência realizada com participação simultânea constitui forma de interação síncrona.
- b) A existência de uma videoconferência torna necessariamente síncronas todas as demais atividades realizadas no mesmo ambiente virtual.
- c) A produção coletiva de conteúdo não constitui uso pedagógico das TDIC, pois essas tecnologias se destinam prioritariamente à transmissão de materiais elaborados pelo professor.
- d) A utilização de um AVA exige que todo conteúdo pedagógico permaneça exclusivamente dentro da plataforma, sendo incompatível com outros recursos digitais.



e) Atividades assíncronas são aquelas em que os participantes permanecem conectados simultaneamente, mas realizam tarefas diferentes.

CONHECIMENTOS GERAIS

21. A reconstrução de Lajedinho após a inundação de 2013 mobilizou diferentes esferas governamentais. Em fevereiro de 2014, o Governo Federal autorizou a transferência de R\$ 4,2 milhões para obras de reconstrução, além de já ter destinado recursos para ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais. Considerando esse contexto, analise as afirmativas:

- I. A resposta ao desastre envolveu medidas emergenciais e ações posteriores de reconstrução.
- II. A atuação registrada após o desastre contou com participação de diferentes níveis de governo.
- III. Os recursos destinados à reconstrução tiveram como única finalidade compensar financeiramente comerciantes que sofreram prejuízos.
- IV. A recuperação de um município atingido por desastre pode envolver tanto assistência imediata quanto reconstrução de infraestrutura e restabelecimento de serviços.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

22. A reorganização de espaços públicos pode produzir efeitos que ultrapassam a simples execução de uma obra física. Em 2024, foi inaugurado em Lajedinho o Mercado Municipal Antônio Macêdo Góes, cuja estrutura anterior havia sido comprometida pelo desastre de 2013. Na ocasião, também foram entregues 40 barracas de feira livre destinadas à padronização e qualificação do centro comercial. À luz dessas informações, assinale a alternativa que apresenta a interpretação mais adequada acerca da função desse equipamento público.

- a) A reconstrução do mercado relaciona recuperação de infraestrutura urbana e organização de espaço destinado à atividade comercial.
- b) A implantação do mercado demonstra que a economia municipal passou a depender exclusivamente do comércio realizado na sede.
- c) A disponibilização das barracas transfere integralmente ao Município a responsabilidade pela atividade econômica exercida pelos comerciantes.
- d) A reconstrução do equipamento elimina a necessidade de outras políticas voltadas ao desenvolvimento econômico e à infraestrutura municipal.
- e) A finalidade do mercado é essencialmente administrativa, destinando-se prioritariamente à instalação de órgãos públicos municipais.

23. A Lei Complementar Estadual nº 48/2019 instituiu microrregiões de saneamento básico na Bahia. Lajedinho figura entre os municípios integrantes da Microrregião de Saneamento Básico do Piemonte do Paraguaçu, ao lado de municípios como Itaberaba, Ruy Barbosa, Macajuba e Boa Vista do Tupim. A legislação estabelece como funções públicas de interesse comum, nesse âmbito, o planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços públicos de saneamento básico. Com base nessas informações, considere as assertivas:

I. A inserção de Lajedinho em uma microrregião de saneamento permite tratar determinadas questões do setor sob perspectiva que ultrapassa os limites territoriais do próprio município.

PORQUE

II. A regionalização considera a existência de funções públicas de interesse comum e estabelece estrutura de governança para sua organização no conjunto dos entes integrantes.

Assinale a alternativa correta.

- a) As assertivas I e II são falsas.
- b) A assertiva I é falsa, e a II é verdadeira.
- c) A assertiva I é verdadeira, e a II é falsa.
- d) As assertivas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.
- e) As assertivas I e II são verdadeiras, e a II justifica a I.

24. O desastre ocorrido em Lajedinho em 2013 produziu consequências em diferentes setores. Levantamento divulgado em 2014 apontou prejuízos estimados em aproximadamente R\$ 28 milhões, sendo a educação um dos setores mais afetados. Anos depois, além da reconstrução de equipamentos, o município passou a contar com memorial dedicado às vítimas e projeto de macrodrenagem voltado à redução do risco de novas ocorrências. Considerando uma perspectiva de planejamento público e resiliência territorial, assinale a alternativa incorreta.

- a) A reconstrução física constitui uma das dimensões da recuperação após um desastre, mas não esgota as medidas que podem ser adotadas.
- b) A implantação de infraestrutura de macrodrenagem pode integrar estratégias destinadas à redução de vulnerabilidades diante de eventos hidrológicos.
- c) A preservação da memória das vítimas e a adoção de medidas preventivas podem coexistir dentro do processo de resposta histórica e institucional ao desastre.
- d) A ocorrência de um desastre dessa magnitude demonstra que políticas posteriores devem concentrar-se exclusivamente na reparação dos danos anteriores, dispensando ações preventivas para eventos futuros.
- e) A magnitude dos prejuízos em diferentes setores demonstra que desastres podem gerar impactos simultaneamente sociais, econômicos e sobre a infraestrutura pública.

25. Em 2024, foram inaugurados em Lajedinho o Mercado Municipal Antônio Macêdo Góes e o Clube Municipal Cultural Raimunda Góes de Oliveira. Segundo informações



oficiais, o clube foi destinado à realização de atividades culturais, artísticas e esportivas. Os dois equipamentos receberam, conjuntamente, investimentos de aproximadamente R\$ 1,9 milhão. Considere a seguinte situação hipotética: Ao elaborar um diagnóstico municipal, uma equipe técnica classifica o Mercado Municipal apenas como investimento econômico e o Clube Cultural apenas como investimento recreativo, concluindo que nenhum dos dois possui potencial para produzir efeitos em outras dimensões da vida local. **A conclusão da equipe é:**

- a) Adequada, porque equipamentos públicos possuem necessariamente uma única finalidade e seus efeitos não ultrapassam o setor ao qual foram originalmente vinculados.
- b) Inadequada, porque equipamentos dessa natureza podem exercer funções múltiplas, relacionando infraestrutura, convivência social, cultura, esporte, comércio e dinamização de espaços urbanos.
- c) Adequada, porque somente investimentos diretamente destinados à geração de empregos podem produzir repercussões sobre o desenvolvimento municipal.
- d) Inadequada apenas quanto ao mercado, pois equipamentos culturais não apresentam relação possível com convivência social ou desenvolvimento local.
- e) Adequada apenas quanto ao clube, uma vez que mercados públicos possuem finalidade exclusivamente tributária e arrecadatória.

26. O planejamento educacional municipal não se limita à oferta cotidiana de aulas. Ele envolve instrumentos de planejamento de médio e longo prazo, acompanhamento de metas e participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Em Lajedinho, documentos oficiais fazem referência à Lei Municipal nº 219/2015, que aprovou o Plano Municipal de Educação (PME), e também registram a realização de audiências públicas relacionadas aos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das unidades escolares.

A partir dessas informações, analise as afirmativas:

- I. O Plano Municipal de Educação constitui instrumento de planejamento das políticas educacionais do município.
- II. A discussão dos Projetos Político-Pedagógicos pode favorecer a participação da comunidade escolar na definição de diretrizes das unidades de ensino.
- III. O PME e o PPP possuem exatamente a mesma abrangência e finalidade, distinguindo-se apenas pela denominação adotada.
- IV. A existência de planejamento municipal não impede que cada unidade escolar desenvolva seu próprio Projeto Político-Pedagógico, observadas as normas educacionais aplicáveis.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e IV, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

27. A configuração territorial de Lajedinho apresenta população relativamente pequena distribuída em uma área

superior a 800 km². Essa característica pode repercutir na organização de políticas públicas, especialmente quando existem comunidades afastadas da sede municipal. Considere a seguinte situação: A Administração Municipal pretende reorganizar a prestação de determinado serviço público e verifica que parte de seus usuários reside em comunidades rurais dispersas. A equipe responsável propõe concentrar integralmente o atendimento na sede, argumentando que o pequeno número de habitantes do município torna irrelevantes as distâncias internas. **À luz das características territoriais de Lajedinho, a conclusão da equipe é:**

- a) Adequada, pois municípios com população inferior a cinco mil habitantes não apresentam dificuldades relacionadas ao deslocamento interno.
- b) Inadequada apenas se o serviço analisado estiver relacionado à atividade agrícola, pois os demais serviços devem necessariamente permanecer concentrados na sede.
- c) Adequada, porque a baixa densidade demográfica demonstra que a população rural reside necessariamente próxima à área urbana.
- d) Inadequada, pois baixa densidade demográfica e extensão territorial podem exigir que o planejamento considere deslocamentos, distribuição espacial da população e condições de acesso aos serviços.
- e) Adequada, porque a extensão territorial não possui relação possível com a organização espacial da prestação de serviços públicos.

28. A segurança pública pode envolver ações desenvolvidas por diferentes instituições e recursos tecnológicos complementares. Em Lajedinho, há registro de unidade da Polícia Militar responsável pelo policiamento local e também de contratação municipal destinada à manutenção do Sistema de Videomonitoramento IP. Considerando essas informações, assinale a alternativa incorreta.

- a) O videomonitoramento pode funcionar como instrumento auxiliar de prevenção, observação de espaços e apoio às ações de segurança.
- b) A presença de estrutura policial e de sistema de videomonitoramento demonstra a possibilidade de utilização conjunta de recursos humanos e tecnológicos.
- c) A instalação de câmeras transfere automaticamente ao Município todas as competências constitucionais relacionadas à segurança pública.
- d) Recursos tecnológicos podem complementar a atuação dos agentes públicos, sem significar necessariamente a substituição da presença institucional.
- e) A análise da segurança local não deve confundir a utilização municipal de equipamentos de monitoramento com a estrutura institucional da Polícia Militar.

29. Os dados de escolarização constituem um dos elementos utilizados para conhecer a realidade educacional de uma população. Para Lajedinho, o IBGE apresenta percentual de escolarização das crianças e



adolescentes de 6 a 14 anos superior a 99%. A respeito da interpretação desse indicador, considere as assertivas:

I. Um percentual elevado de escolarização nessa faixa etária constitui informação relevante sobre o acesso da população de 6 a 14 anos à escola.

PORQUE

II. O indicador de escolarização, isoladamente, permite concluir que todos os estudantes apresentam o mesmo nível de aprendizagem e que inexistem desafios relacionados à qualidade da educação.

Assinale a alternativa correta.

- a) As assertivas I e II são verdadeiras, e a II justifica a I.
- b) As assertivas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.
- c) A assertiva I é falsa, e a II é verdadeira.
- d) As assertivas I e II são falsas.
- e) A assertiva I é verdadeira, e a II é falsa.

30. A análise de um município pode integrar aspectos ambientais, econômicos e territoriais. No caso de Lajedinho, a produção rural mantém importância para comunidades locais, enquanto as condições do semiárido tornam a disponibilidade de água elemento relevante para diferentes usos. Uma equipe encarregada de elaborar proposta de desenvolvimento rural apresentou as seguintes medidas:

- I. Incentivo ao uso eficiente da água em sistemas produtivos;
- II. Melhoria das condições de circulação pelas estradas vicinais utilizadas pelas comunidades;
- III. Apoio à mecanização e à infraestrutura necessária à agricultura familiar;
- IV. Planejamento da produção sem considerar períodos de estiagem, uma vez que as condições climáticas não interferem na disponibilidade hídrica.

Considerando as características de Lajedinho, são adequadas as medidas apresentadas em:

- a) I e IV, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. No processo de renovação do Serviço Social brasileiro, intensificado a partir da década de 1960, constituíram-se diferentes direções teórico-profissionais. Conforme a análise de José Paulo Netto, tais direções não representaram um movimento homogêneo, mas expressaram respostas distintas à crise do Serviço Social tradicional. A respeito da denominada intenção de ruptura, assinale a alternativa correta.

- a) Caracterizou-se pela incorporação de procedimentos técnicos voltados à modernização institucional, preservando os

fundamentos teóricos do Serviço Social tradicional e adequando-os às exigências do desenvolvimento econômico.

b) Expressou a retomada de fundamentos fenomenológicos e personalistas, com valorização da subjetividade e da relação profissional como alternativa ao positivismo presente na tradição da profissão.

c) Buscou romper com as bases teóricas e ideológicas do conservadorismo profissional, aproximando o Serviço Social da tradição marxista e da análise crítica das relações sociais na sociedade capitalista.

d) Teve como principal referência os documentos de Araxá e Teresópolis, nos quais se consolidou uma crítica radical à ordem capitalista e se estabeleceu a vinculação orgânica da profissão aos interesses da classe trabalhadora.

e) Resultou da recuperação do neotomismo como fundamento filosófico da profissão, articulando os princípios da doutrina social da Igreja às formulações marxistas introduzidas no período da Reconceitualização.

32. A Lei nº 8.662/1993 disciplina o exercício profissional do assistente social e estabelece distinção entre competências profissionais e atribuições privativas. Considerando essa diferenciação legal, assinale a alternativa que apresenta atividade privativa do assistente social.

- a) Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, empresas, entidades e organizações populares.
- b) Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.
- c) Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais.
- d) Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.
- e) Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e subsidiar ações profissionais.

33. O Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, instituído pela Resolução CFESS nº 273/1993, expressa o amadurecimento do processo de renovação profissional e consolida os princípios norteadores do projeto ético-político do Serviço Social. Tendo como referência os Princípios Fundamentais desse Código, assinale a alternativa correta.

- a) A liberdade constitui valor ético central, devendo ser articulada às demandas de autonomia e emancipação, sem que isso implique compromisso profissional com transformações na ordem societária.
- b) A defesa da democracia restringe-se à ampliação da participação política dos cidadãos, não abrangendo a socialização da riqueza socialmente produzida.
- c) O pluralismo profissional pressupõe a equivalência entre todas as correntes teóricas existentes no Serviço Social, independentemente de sua vinculação com valores democráticos.
- d) A opção por um projeto profissional vinculado à construção de uma nova ordem societária integra os princípios do Código,



associando-se à recusa de formas de dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

e) O compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população deve prevalecer sobre a autonomia profissional, podendo o assistente social cumprir determinações institucionais incompatíveis com os princípios éticos da profissão.

34. O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro resulta de um processo histórico de renovação profissional e de crítica ao conservadorismo, articulando valores, fundamentos teóricos, escolhas políticas e referências normativas. A respeito desse projeto profissional, assinale a alternativa correta.

a) O projeto ético-político corresponde ao conjunto de normas previstas no Código de Ética de 1993 e na Lei nº 8.662/1993, esgotando-se na dimensão jurídico-formal do exercício profissional.

b) Sua consolidação decorre da neutralidade política da profissão, que permite ao assistente social atuar sem vinculação a valores societários, preservando exclusivamente a dimensão técnico-operativa.

c) O projeto ético-político articula-se à defesa da liberdade, da democracia, dos direitos humanos e ao compromisso com as demandas e interesses da classe trabalhadora, vinculando o projeto profissional a uma perspectiva societária contrária à exploração e à opressão.

d) A construção do projeto ético-político teve início com o Serviço Social tradicional, sendo posteriormente preservada pelo Movimento de Reconceituação, que manteve os fundamentos doutrinários e confessionais da profissão.

e) Sua direção social pressupõe a substituição do pluralismo profissional por uma única orientação teórica, considerada obrigatória para todos os assistentes sociais no exercício da profissão.

35. Na tradição crítica do Serviço Social brasileiro, a questão social é compreendida como categoria central para a análise das demandas que chegam ao trabalho profissional. A partir dessa perspectiva, assinale a alternativa correta.

a) A questão social corresponde ao conjunto de problemas individuais decorrentes de dificuldades de adaptação dos sujeitos às normas e expectativas da sociedade.

b) A questão social resulta das contradições próprias da sociedade capitalista, especialmente da relação entre capital e trabalho, manifestando-se em expressões como pobreza, desemprego, desigualdade, violência e precarização das condições de vida.

c) A questão social constitui fenômeno restrito aos períodos de crise econômica, reduzindo-se quando ocorre crescimento da produção e ampliação do mercado de trabalho.

d) A questão social possui origem predominantemente cultural e moral, razão pela qual seu enfrentamento depende, sobretudo, de mudanças comportamentais e do fortalecimento dos vínculos familiares.

e) A questão social equivale às situações de vulnerabilidade social identificadas pelos serviços públicos, podendo ser

compreendida independentemente das relações econômicas e políticas que estruturam a sociedade.

36. O exercício profissional do assistente social exige a articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Considerando essa compreensão, assinale a alternativa correta.

a) A dimensão técnico-operativa possui autonomia em relação às demais, pois a escolha dos instrumentos profissionais depende essencialmente das exigências imediatas da instituição empregadora.

b) A dimensão teórico-metodológica fornece referências para a apreensão crítica da realidade, enquanto a dimensão ético-política orienta valores e finalidades profissionais, ambas incidindo sobre as escolhas técnico-operativas realizadas no cotidiano de trabalho.

c) A dimensão ético-política corresponde exclusivamente ao cumprimento do Código de Ética, não interferindo na definição de estratégias e respostas profissionais diante das demandas apresentadas pelos usuários.

d) A dimensão teórico-metodológica concentra-se na seleção de instrumentos como entrevista, visita domiciliar, relatório e parecer social, enquanto a dimensão técnico-operativa se ocupa da interpretação das determinações sociais das demandas.

e) As três dimensões são independentes entre si, devendo o profissional acioná-las separadamente conforme a natureza da atividade desenvolvida.

37. A Lei nº 8.742/1993 estabelece princípios e diretrizes para a organização da assistência social brasileira, afirmando-a como política de seguridade social não contributiva. Considerando as disposições da LOAS, assinale a alternativa correta.

a) A assistência social será prestada prioritariamente mediante contribuição prévia do usuário, ressalvadas as situações de emergência social reconhecidas pelo poder público.

b) A organização da assistência social deve observar a centralização político-administrativa das decisões na União, cabendo aos Municípios apenas a execução dos serviços.

c) A assistência social rege-se, entre outros princípios, pela supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica e pela igualdade de direitos no acesso ao atendimento.

d) A participação da população na formulação das políticas de assistência social é facultativa, cabendo aos conselhos atuar exclusivamente na fiscalização da execução financeira.

e) A primazia da responsabilidade pela condução da política de assistência social é atribuída às entidades e organizações da sociedade civil, competindo ao Estado função complementar.

38. No âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as ofertas socioassistenciais são organizadas conforme as situações de vulnerabilidade e risco social vivenciadas por indivíduos e famílias. A respeito da proteção social básica e da proteção social especial, assinale a alternativa correta.



- a) A proteção social básica destina-se prioritariamente às famílias e indivíduos que já tiveram direitos violados, enquanto a proteção social especial atua de forma preventiva antes da ocorrência dessas violações.
- b) A proteção social especial restringe-se às situações de acolhimento institucional, sendo as demais situações de violação de direitos atendidas exclusivamente pela proteção social básica.
- c) A proteção social básica busca prevenir situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, enquanto a proteção social especial dirige-se a famílias e indivíduos em situações de risco pessoal e social decorrentes de violação de direitos.
- d) A proteção social básica e a proteção social especial distinguem-se exclusivamente pelo território de abrangência, pois ambas atendem às mesmas situações e possuem idênticos objetivos socioassistenciais.
- e) A proteção social especial é executada somente pelos Estados, ao passo que a proteção social básica constitui responsabilidade exclusiva dos Municípios, em razão da descentralização político-administrativa do SUAS.

39. Nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993) e das diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o CRAS e o CREAS constituem unidades públicas estatais com funções e escopos de atendimento distintos. A respeito do papel institucional e das ofertas socioassistenciais dessas unidades, assinale a alternativa correta.

- a) O CRAS integra a proteção social especial de média complexidade e tem como atribuição principal acompanhar indivíduos cujos direitos já foram violados.
- b) O CREAS constitui unidade da proteção social básica responsável pela execução direta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).
- c) O CRAS e o CREAS integram a proteção social básica, diferenciando-se unicamente pelo perfil socioeconômico e de renda das famílias atendidas.
- d) O CREAS destina-se exclusivamente ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, cabendo ao CRAS o acompanhamento de idosos e pessoas com deficiência em situação de negligência.
- e) O CRAS constitui unidade de referência da proteção social básica e tem no PAIF uma de suas principais ofertas, enquanto o CREAS integra a proteção social especial e oferta atendimento especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social por violação de direitos.

40. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) adota a matricialidade sociofamiliar como um dos eixos estruturantes para a organização da proteção social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). À luz dessa concepção e das diretrizes operacionais do SUAS, assinale a alternativa correta.

- a) A família é reconhecida como núcleo central da proteção socioassistencial, devendo ser compreendida em suas diferentes configurações e em articulação com as condições

sociais, econômicas e territoriais que incidem sobre sua capacidade protetiva, sem transferir exclusivamente a ela a responsabilidade pela superação das vulnerabilidades.

- b) A centralidade da família implica priorizar sua responsabilização direta pela proteção de seus membros, cabendo ao Estado intervir apenas quando constatada incapacidade familiar permanente para o exercício dessa função.
- c) A matricialidade sociofamiliar estabelece como referência prioritária o modelo de família nuclear, por considerá-lo mais adequado à organização dos serviços e ao fortalecimento dos vínculos comunitários.
- d) O trabalho social com famílias deve concentrar-se na identificação de comportamentos individuais que originam situações de vulnerabilidade, privilegiando estratégias de orientação e adequação das condutas familiares.
- e) A adoção da matricialidade sociofamiliar substitui a perspectiva territorial do SUAS, uma vez que a família passa a constituir a unidade exclusiva de planejamento, execução e avaliação dos serviços socioassistenciais.

41. A Lei Orgânica da Assistência Social prevê o Benefício de Prestação Continuada como uma das garantias da proteção social não contributiva. Considerando sua natureza no âmbito da política de assistência social, assinale a alternativa correta.

- a) O BPC corresponde a benefício previdenciário de caráter contributivo, destinado ao idoso e à pessoa com deficiência que tenham cumprido período mínimo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social.
- b) O BPC constitui benefício assistencial de natureza não contributiva, destinado à pessoa idosa e à pessoa com deficiência que atendam aos requisitos legais, independentemente de contribuição prévia à seguridade social.
- c) O BPC integra a proteção social básica apenas quando concedido à pessoa idosa, sendo classificado como benefício da proteção social especial quando destinado à pessoa com deficiência.
- d) O BPC é benefício eventual concedido pelos Municípios em situações de vulnerabilidade temporária, podendo seu valor variar de acordo com regulamentação local.
- e) O BPC é benefício de transferência de renda condicionado à participação do beneficiário em serviços socioassistenciais e ao cumprimento de contrapartidas periódicas definidas pelo órgão gestor municipal.

42. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece medidas de proteção aplicáveis quando direitos de crianças e adolescentes forem ameaçados ou violados. Considerando a lógica protetiva do ECA, assinale a alternativa correta.

- a) As medidas de proteção possuem natureza predominantemente sancionatória e são aplicadas ao adolescente sempre que houver prática de ato infracional.
- b) As medidas de proteção podem ser aplicadas apenas pelo Poder Judiciário, uma vez que envolvem restrição de direitos e exigem decisão judicial prévia.



c) As medidas de proteção destinam-se exclusivamente a crianças, enquanto aos adolescentes são aplicáveis apenas medidas socioeducativas.

d) As medidas de proteção são cabíveis nas hipóteses de ameaça ou violação de direitos, inclusive por ação ou omissão da sociedade, do Estado, dos pais ou responsáveis, ou em razão da própria conduta da criança ou do adolescente.

e) As medidas de proteção têm como finalidade principal responsabilizar civilmente os pais ou responsáveis pelas situações de vulnerabilidade vivenciadas por crianças e adolescentes.

43. O Estatuto da Pessoa Idosa estabelece mecanismos de proteção diante de situações de violência e violação de direitos. Considerando as disposições legais aplicáveis aos atendimentos realizados pela rede de proteção, assinale a alternativa correta.

a) A comunicação de violência contra a pessoa idosa somente é exigida quando houver confirmação da agressão e identificação do responsável.

b) A notificação de situações de violência contra a pessoa idosa é facultativa aos serviços de saúde privados, sendo obrigatória apenas na rede pública.

c) A comunicação às autoridades competentes depende de autorização da pessoa idosa, ainda que haja suspeita de violência identificada durante o atendimento.

d) A notificação compulsória restringe-se aos episódios de violência física, não abrangendo outras formas de violência ou maus-tratos.

e) Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra a pessoa idosa devem ser objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados e comunicados aos órgãos previstos em lei.

44. A Lei nº 13.146/2015 — Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência — adota uma concepção de deficiência compatível com o modelo social e com a perspectiva de direitos humanos. Considerando essa legislação, assinale a alternativa correta.

a) A deficiência resulta da interação entre impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e barreiras que podem obstruir a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade em igualdade de condições com as demais.

b) A caracterização da deficiência decorre exclusivamente de diagnóstico médico que identifique limitação funcional permanente, independentemente das barreiras existentes no meio social.

c) A pessoa com deficiência é considerada absolutamente incapaz para os atos da vida civil quando a deficiência comprometer sua autonomia para atividades cotidianas.

d) A avaliação da deficiência deve considerar somente fatores clínicos e funcionais, sendo vedada a análise de elementos socioambientais, psicológicos e pessoais.

e) A acessibilidade constitui medida destinada exclusivamente às pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, não abrangendo barreiras comunicacionais, tecnológicas ou atitudinais.

45. Analise as assertivas a seguir à luz do arcabouço normativo e jurisprudencial que rege a matéria:

I. As medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha podem ser aplicadas em casos de violência de gênero, ainda que não exista relação familiar, doméstica ou de afeto prévia entre a vítima e o agressor.

II. A violência vicária passa a ser expressamente reconhecida no ordenamento jurídico, caracterizando-se pela conduta em que o agressor ataca terceiros afetivamente ligados à mulher, como os filhos, com o objetivo de produzir sofrimento à vítima.

III. A representação da vítima em crimes de violência doméstica e familiar passa a observar o prazo decadencial ampliado de 12 (doze) meses para o exercício do direito de queixa ou representação.

IV. O risco à integridade sexual, moral ou patrimonial da mulher figura como motivador direto e autônomo para a determinação do afastamento imediato do agressor do lar ou local de convivência.

Estão corretas as assertivas:

a) I e II, apenas.

b) III e IV, apenas.

c) I, II e III, apenas.

d) II, III e IV, apenas.

e) I, II, III e IV.

46. A Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 8.080/1990 estruturam o Sistema Único de Saúde a partir de princípios e diretrizes que orientam a organização das ações e dos serviços públicos de saúde. Considerando esse marco normativo, assinale a alternativa correta.

a) A universalidade assegura acesso às ações e aos serviços de saúde a toda a população, enquanto a integralidade pressupõe articulação de ações preventivas e assistenciais, individuais e coletivas, de acordo com as necessidades de saúde.

b) A descentralização do SUS atribui à União a execução direta e prioritária dos serviços de saúde, cabendo aos Estados e Municípios apenas funções administrativas complementares.

c) A participação da comunidade constitui princípio facultativo de gestão, podendo ser afastada quando o ente federativo adotar mecanismos próprios de controle administrativo.

d) A equidade determina tratamento idêntico a todos os usuários do sistema, independentemente das diferenças de necessidades, riscos e condições sociais.

e) A regionalização e a hierarquização organizam os serviços exclusivamente segundo critérios territoriais, sem relação com níveis de complexidade assistencial.

47. A inserção do assistente social nas equipes de saúde exige atuação articulada com outras profissões, sem descaracterizar as competências e atribuições específicas do Serviço Social. Considerando o trabalho interdisciplinar no âmbito do SUS e os fundamentos do exercício profissional, assinale a alternativa correta.

a) A interdisciplinaridade pressupõe a unificação das competências profissionais, permitindo que os integrantes da



equipe executem indistintamente atribuições próprias de outras profissões sempre que houver necessidade institucional.

b) O trabalho interdisciplinar requer interlocução entre diferentes saberes e profissões, preservando as competências e atribuições específicas do assistente social, que deve participar da construção coletiva das respostas às necessidades de saúde sem abdicar de sua autonomia profissional.

c) A atuação do assistente social em equipe interdisciplinar deve concentrar-se na identificação das condições socioeconômicas do usuário e no encaminhamento para benefícios, cabendo aos demais profissionais a análise das outras determinações do processo saúde-doença.

d) A interdisciplinaridade implica subordinação das decisões profissionais do assistente social às deliberações coletivas da equipe, inclusive quando estas forem incompatíveis com os princípios éticos e as atribuições legalmente previstas para a profissão.

e) A participação do assistente social em equipes de saúde autoriza o compartilhamento integral dos registros e informações obtidos no atendimento, uma vez que o sigilo profissional deixa de produzir efeitos no trabalho multiprofissional.

48. No exercício profissional do assistente social, instrumentos como entrevista, visita domiciliar, estudo social, relatório, laudo e parecer social são utilizados de acordo com a finalidade da intervenção e com as competências profissionais. A respeito da elaboração de documentos técnicos em Serviço Social, assinale a alternativa correta.

a) O relatório social e o laudo social possuem a mesma finalidade, diferenciando-se apenas quanto à extensão do texto e ao grau de detalhamento das informações registradas.

b) O parecer social consiste, essencialmente, na descrição cronológica das informações obtidas durante o acompanhamento, não comportando posicionamento técnico conclusivo do assistente social.

c) O estudo social corresponde a um instrumento destinado exclusivamente à coleta de dados socioeconômicos, devendo limitar-se às informações declaradas pelo usuário para assegurar neutralidade profissional.

d) O laudo social resulta de processo de estudo e análise de determinada situação social e apresenta elementos relevantes, análise técnica e conclusão profissional; o parecer social, por sua vez, expressa posicionamento técnico fundamentado acerca de questão específica submetida à apreciação do assistente social.

e) A visita domiciliar constitui procedimento obrigatório para a elaboração de qualquer laudo ou parecer social, sendo sua ausência causa de invalidade técnica do documento.

49. No trabalho profissional do assistente social, o planejamento constitui processo que articula análise da realidade, definição de objetivos, escolha de estratégias e acompanhamento dos resultados alcançados. Considerando o planejamento e a avaliação no âmbito das políticas sociais, assinale a alternativa correta.

a) O monitoramento acompanha de forma sistemática a execução de ações, metas e indicadores ao longo do processo, enquanto a avaliação permite emitir juízo fundamentado sobre resultados, efeitos, pertinência ou alcance de determinada intervenção, podendo subsidiar sua revisão.

b) O planejamento social encerra-se com a formulação do plano ou projeto, uma vez que alterações posteriores comprometem a coerência entre objetivos, metas e recursos previamente definidos.

c) A avaliação deve ser realizada exclusivamente após o encerramento do programa, pois sua realização durante a execução interfere na objetividade dos resultados apurados.

d) Os indicadores sociais possuem função predominantemente descritiva e não devem ser empregados no acompanhamento de metas, visto que sua utilização pode reduzir a análise social a critérios quantitativos.

e) O monitoramento e a avaliação constituem procedimentos equivalentes, diferenciando-se apenas quanto à periodicidade de coleta das informações utilizadas pela equipe responsável.

50. A participação popular e o controle social constituem elementos estruturantes da gestão democrática das políticas públicas e aparecem no SUAS por meio de instâncias próprias de deliberação. Considerando a organização da assistência social prevista na LOAS, assinale a alternativa correta.

a) O controle social da política de assistência social é exercido exclusivamente pelos órgãos de fiscalização estatal, cabendo à sociedade civil participação apenas consultiva nas conferências.

b) Os Conselhos de Assistência Social possuem caráter temporário e composição majoritariamente governamental, sendo convocados apenas nos períodos de revisão dos planos de assistência social.

c) A participação da população na política de assistência social limita-se à execução de serviços e programas, não abrangendo a formulação das políticas nem o controle das ações desenvolvidas pelo poder público.

d) Os Conselhos de Assistência Social são instâncias de assessoramento do Poder Executivo, sem competência deliberativa, uma vez que a condução da política cabe exclusivamente ao gestor de cada esfera de governo.

e) A participação da população, por meio de organizações representativas, integra as diretrizes da assistência social, e os Conselhos de Assistência Social constituem instâncias deliberativas permanentes, com composição paritária entre governo e sociedade civil.

